

## Operação Alcatraz busca tramas ocultas

**A**pós oferecer 16 denúncias na Justiça Federal sobre os casos de corrupção envolvendo agentes públicos em Santa Catarina, a Operação Alcatraz começa alcançar outros níveis da política estadual. Após as denúncias atingirem o presidente da Alesc, deputado Julio Garcia (PSD), outros nomes de peso da política catarinense passaram a figurar também nos depoimentos e achados da investigação.

É o caso da citação ao desembargador João Henrique Blasi, que aparece nas investigações como sócio de Julio Garcia em uma lancha, e o caso dos ex-governadores Raimundo Colombo (PSD) e Pinho Moreira (MDB), ambos citados na delação premiada da advogada Michelle Guerra.

No entanto, nem Blasi e nem os ex-governadores foram denunciados. As citações apenas, até o momento, os aproximam do que o MPF classifica como organização criminosa.

A Operação Alcatraz investiga cobrança de propinas em contratos com o governo em uma trama que inclui subcontratações, emissões de notas frias e benesses a agentes públicos.

Nesta segunda, a Justiça Federal abriu prazo de 15 dias para que o deputado Julio Garcia e demais investigados detentores de cargos públicos possam apresentar defesa prévia no processo antes de se manifestar sobre aceitação ou não das denúncias.



## VACINAÇÃO

Entre os dias 5 e 30 de outubro serão realizadas em todo o estado duas campanhas de vacinação. A Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e a Campanha Nacional de Multivacinação para atualização da Caderneta de Vacinação das crianças e adolescentes com menos de 15 anos de idade. O dia "D", de mobilização nacional, para as duas campanhas será no dia 17 de outubro.

**Mesada** A advogada Michelle Guerra, sócia do ex-secretário adjunto de Administração do Estado, Nelson Nappi, delatora na Alcatraz, relatou aos procuradores da Operação Alcatraz em delação premiada que Nappi teria entregue uma espécie de mesada para ex-governadores e seus assessores.

► **DEFESA** O ex-governador Raimundo Colombo disse lamentar "que o Brasil, infelizmente, tenha virado um campo onde a honra, a dignidade e a história das pessoas sejam atingidas de forma irresponsável". Sobre a citação de seu nome na delação de Michelle, disse não saber do que se trata.

► **SEM DEBATE** As principais candidaturas à Prefeitura da Capital se manifestaram pela notícia de que não haverá debates na televisão este ano. Assinam o documento as campanhas de Elson Pereira (PSOL), Angela Amin Helou (PP), Ricardo Camargo Vieira (Solidariedade), Pedrão (PL) e Orlando Silva (Novo).

► **DÍVIDA** O Estado de Santa Catarina se comprometeu, em acordo firmado com o Ministério Público, a quitar a dívida que possui com a Fundação de Apoio ao HEMOSC e ao CEPON (FAHECE). Os valores devidos serão pagos em parcelas mensais de R\$ 2 milhões. A ação civil foi ajuizada em 2018, quando a dívida alcançava cerca de R\$ 58,6 milhões.

► **ORÇAMENTO** O governo estadual projeta um déficit superior a R\$ 1,6 bilhão no orçamento de Santa Catarina no ano que vem. É o que consta na proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2021, encaminhada para a Assembleia Legislativa. De acordo com a matéria, o Estado estima uma receita total de quase R\$ 30,5 bilhões, enquanto as despesas estão previstas em R\$ 32,143 bilhões, gerando o déficit de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão. É o segundo ano consecutivo que o Poder Executivo encaminha para a Alesc uma proposta orçamentária em que as despesas superam as receitas. Também a exemplo do ano passado, o déficit orçamentário é atribuído aos gastos com inativos do fundo financeiro do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev).

Conheça algumas das medidas já tomadas pela ALESC no combate à crise do Coronavirus

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA**

**TRABALHO E TRANSPARÊNCIA**

**PROIBIÇÃO DO CORTE**  
de água e energia essenciais por parte

**ZERO IGMS**  
para a família e microempresas relacionadas à pandemia.

Melhor atendimento ao cidadão pela ALESC

**ESCUTA O CIDADÃO**  
**VITIMAS DO CLIQUE**

**LINHAS DE CRÉDITO**  
de R\$ 200,00 a R\$ 500,00 para micro e pequenas empresas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Acesse nossas redes sociais e saiba mais.